

# Comissão de Orçamento terá rodízio e vai ser ampliada

17 MAI 1991

JORNAL DE BRASÍLIA

Givaldo Barbosa 22.01.91



Trunfo político eleitoral de um minúsculo grupo de deputados, a Comissão Mista do Orçamento — que tem poder para alterar todas as propostas orçamentárias do Executivo — passou ontem por um radical processo de democratização.

Até agora, menos de dez deputados escolhidos pelas lideranças partidárias decidiam quase tudo praticamente sozinhos, embora a comissão fosse composta por 84 parlamentares. Inconformado, o Congresso aprovou um rodízio anual de metade dos integrantes e os relatores da comissão, além de ampliar o número de seus integrantes para 120. “Estouramos a turma da Opep: os sete irmãos”, comemorou o líder do PT, deputado José Genoíno (SP) (foto).

Para derrubar o chamado grupo dos perpétuos, o PSDB, o PDT e o PT contaram com a ajuda de todos os deputados e senadores que querem fazer parte da Comissão Mista do Orçamento. “Foi uma aliança dos que são contra a caixinha com os que querem participar da comissão contra os que eram os donos da caixinha”, definiu o deputado Aloísio Mercadante (PT-SP).

Numa votação nervosa, em que não faltaram os berros do deputado Nilson Gibson (PMDB-PE) contrários ao rodízio e os de Genoíno a favor, o resultado final da Câmara foi 199 “sim” contra 67 “não”. Os senadores confirmaram a democratização.

“Todo mundo queria participar. Venceu o sentimento de ampliação”, disse o líder do PMDB, deputado Genebaldo Correia (BA). Apesar desta análise, ele foi um dos que votaram contra a democratização da comissão. Junto com os deputados do PMDB, João Alves (BA), Cid Carvalho (MA), Ubiratan Aguiar (CE), Manoel Moreira (SP), José Luiz Maia (PDS-PI), Felipe Mendes (PDS-PI) e José Geraldo (PL-MG), o líder do PMDB na Câmara era um dos integrantes cativos da comissão. Diante da evidência de que um grupo minúsculo tinha o poder, Correia disparou: “Se isso ocorre, é porque a maioria se omite. Se todos fossem atuantes, os grupinhos não se formariam”.

“Só eu tenho conhecimento técnico para ser relator da Comissão”, justificou João Alves, emendando em seguida que, além dele, “uns três ou quatro” também estão capacitados. Relator da revisão orçamentária do ano passado, ele impôs, numa votação relâmpago e sem o quórum regimental exigido, um gasto extraordinário ao governo de Cr\$ 6 bilhões com a aprovação de 400 das 1.700 emendas de deputados e senadores.